

RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.677 - SP (2015/0187838-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : CARLOS ALBERTO LOPES MELERO
RECORRENTE : CLÉLIA MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : FÁBIO BECSEI E OUTRO(S) - SP163013
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : ALEX PFEIFFER E OUTRO(S) - SP181251

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por CARLOS ALBERTO LOPES MELERO e OUTRA, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 683/693, e-STJ):

Apelação - Declaratória - Financiamento imobiliário - Plano de Comprometimento de Renda (PCR) - As prestações não devem superar 30% da renda bruta do mutuário - Tabela *Price* - Forma de gerar a capitalização dos juros - Excessiva onerosidade aos mutuários, pois os juros crescem em progressão geométrica - Afastamento - Juros que devem ser computados na forma simples - Denominada comissão de concessão de crédito e juros remuneratórios cobrados dentro do limite legal de 12% ao ano - Artigo 25 da Lei 8.692/93 - Ilegalidade do Decreto Lei 70/66 - Sentença de improcedência - Anulado o julgamento fora do pedido (*extra petita*) - Julgamento de questão sucitada e discutida no processo, embora não apreciadas por inteiro (*citra petita*), nos termos do § 1º do art. 515 do CPC - Ação julgada parcialmente procedente - Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, restaram acolhidos, sem efeitos infringentes, para sanar erro material.

Nas razões do recurso especial (fls. 743/762, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, ao artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor. Sustentam, para tanto, a comissão de concessão de crédito deveria ter sido cobrada apenas uma única vez (no momento em que o crédito é concedido), razão pela qual conclui que a cobrança contínua deste valor é abusiva e deve ser excluída.

Contrarrazões (fls. 805/811, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 812/814, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O reclamo **merece** prosperar.

1. O Superior Tribunal de Justiça, assentou o entendimento de que a comissão de concessão de crédito, cobrada pela instituição financeira para fornecer crédito ao mutuário, incide apenas uma vez, no início do contrato, sendo ilícita sua incorporação à taxa de juros remuneratórios, para que seja cobrada mês a mês.

Nesse sentido:

ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO.

1.- Na linha dos precedentes desta Corte, é abusiva a incidência, mês a mês, da "taxa de cobrança de serviço" ou "taxa de administração de crédito", também conhecida como "comissão de concessão de crédito". Esse encargo, cobrado pela instituição financeira para fornecer crédito ao mutuário, incide apenas uma vez.

2.- Agravo Regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1171437/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 05/10/2011)

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. FINANCIAMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMISSÃO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO. INCIDÊNCIA MENSAL QUE VIOLA A BOA-FÉ OBJETIVA.

A comissão de concessão de crédito, cobrada pela instituição financeira para fornecer crédito ao mutuário, incide apenas uma vez, no início do contrato. Qualquer outra cobrança do referido encargo é ilícita. A cobrança mensal do referido encargo viola preceitos de boa-fé objetiva, razão pela qual não deve ser admitida.

Recurso Especial provido.

(REsp 908.835/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2008, DJe 20/06/2008)

2. Ante o exposto, com amparo na Súmula 568 do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para declarar que a comissão de concessão de crédito incide uma única vez, qual seja: no início do contrato.

Mantenho os honorários e a sucumbência fixada pela instância de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator